



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## **PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1 Objeto da Contratação**

Registro de Preços para o fornecimento de cartuchos de toner para as impressoras laser da marca Samsung, modelos SL-4070FR E SL-M4080FX

### **2 Fundamentação da Contratação**

#### **2.1 Motivação**

Embora esteja em tramitação o PAE n. 16.316/2022 que trata da contratação de empresa para prestação de serviços de outsourcing, faz-se necessário, neste momento, manter o fornecimento continuado de suprimentos para as impressoras do patrimônio do TRE.

Diante disso, é preciso repor o saldo em estoque do depósito do Almoxarifado de cartuchos de toner para as impressoras laser da marca Samsung, modelos SL-4070FR e SL-M4080FX.

#### **2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios**

Possibilitar o fornecimento continuado de suprimentos de impressão visando atender a demanda de consumo da Justiça Eleitoral.

#### **2.3 Alinhamento Estratégico**

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none"><li>OEPI1 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.</li></ul>

#### **2.4 Estudos Preliminares do Objeto**

Documentos relacionados no PAE n. 21.563/2022.

#### **2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada**

Para o cálculo da previsão de consumo dos suprimentos foi realizada a consulta do histórico de saídas dos cartuchos de toner no Almoxarifado.

Considerando que está em andamento procedimento administrativo eletrônico que trata da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de outsourcing, impressão para todas as unidades do TRE-SC, sugere-se, para gerenciamento do estoque, como forma de contratação, o Registro de Preços para o período de um ano.

Id.	Material	Demanda Prevista	Quantidade a ser adquirida
1	Cartucho de toner Samsung original modelo SL-M4080F – código MLT-D201L	120 unidades	120 unidades
2	Cartucho de toner compatíveis modelos	220 unidades	220 unidades



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	SL-M4020ND e SL-4070FR – código MLT-D203U		
--	--	--	--

### 2.6 Objetos Disponíveis

Os produtos disponíveis no mercado e os custos totais da demanda encontram-se relacionados nos Estudos Preliminares.

### 2.7 Caracterização e Composição do Objeto

Id.	Descrição
1	<b>Cartucho de toner</b> para impressora laser Samsung (com cilindro integrado), <b>compatível com o modelo SL-M4080FX</b> , monocromática, <b>cartucho original</b> do fabricante do equipamento, código <b>MLT-D201L</b> . Rendimento aproximado de 20.000 páginas padrão. Validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega do material no depósito do Almoxarifado.
2	<b>Cartucho de toner</b> para impressora laser da marca Samsung (com cilindro integrado), monocromática, <b>compatíveis com os modelos SL-M4020ND e SL-4070FR</b> . Código original do fabricante do equipamento: <b>MLT-D203U</b> . Rendimento aproximado de 15.000 páginas padrão. Validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega do material no depósito do Almoxarifado.

### 2.8 Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

### 2.9 Parcelamento e Adjudicação

Adjudicação por item, não cabendo parcelamento.

### 2.10 Seleção do Fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os licitantes habilitados e classificados.

#### 2.10.1 Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### 2.10.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor, em especial à Lei Complementar n. 123/2006.

### 2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

### 2.12 Impacto Ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não há necessidade de adequação
Infraestrutura Elétrica	
Logística de Implantação	
Espaço Físico	
Mobiliário	
Impacto Ambiental	

### 2.13 Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

### 2.14 Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

### 2.15 Obrigações da Contratante

a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;

b) promover, através de seu representante, o servidor titular da função Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização da contratação, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

c) efetuar o recebimento definitivo em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 2.16 Obrigações da Contratada

- a) fornecer os produtos nos prazos e demais condições estipuladas na proposta;
- b) entregar os produtos no Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- c) após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 5 (cinco) dias;
- d) estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos, de que trata a alínea, não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- e) em caso de substituição de produto, conforme previsto na alínea c, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega.
- f) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC.
- g) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### 2.17 Custo estimado da contratação

Conforme planilha a ser elaborada pela CCM.

## 3 Especificação Técnica Detalhada

### 3.1 Requisitos Técnicos

O objeto deve atender aos requisitos técnicos abaixo:

Id.	Requisito Técnico
1	<ul style="list-style-type: none"><li>• Para impressora a laser monocromática da marca Samsung, modelo SL-M4080FX;</li><li>• Suprimento original do fabricante em razão da garantia do equipamento;</li><li>• Com cilindro integrado;</li><li>• Cartucho com rendimento aproximado de 20.000 páginas padrão; e</li><li>• Validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega do suprimento no depósito do Almoxarifado do TRESC.</li></ul>
2	<ul style="list-style-type: none"><li>• Para impressora a laser monocromática da marca Samsung;</li></ul>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Suprimento compatível com os modelos SL-M4020ND e SL-4070FR;</li><li>• Com cilindro integrado;</li><li>• Cartucho com rendimento aproximado de 15.000 páginas padrão; e</li><li>• Validade mínima de 12 meses a contar da data da entrega do suprimento no depósito do Almoxarifado do TRESC.</li></ul>
--	---

### 3.1.1 Marcas e Modelos

Não se aplica a esta contratação.

#### Observações:

1. Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações da marca indicada na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante a apresentação de amostra do produto e/ou declaração expedida pelo fabricante de que possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.
2. Com relação ao item 2, caso o licitante de melhor preço tenha cotado produto de marca distinta daquela do fabricante do equipamento a que se destina, com fulcro na decisão TCU n. 1622/2002, deverá apresentar um LAUDO TÉCNICO, emitido há no máximo 1 (um) ano da data de abertura do Certame, por entidade de reconhecida idoneidade, comprovando sua equivalência em relação ao produto original da marca do fabricante da impressora, no tocante aos seguintes quesitos, como condição necessária para a sua aceitação:
  - a) rendimento do cartucho de toner;
  - b) bom funcionamento;
  - c) boa qualidade da impressão;
  - d) desempenho; e
  - e) compatibilidade.
3. Os suprimentos do item 2, devem, cumulativamente:
  - a) ser compatíveis (originais ou similares) com os equipamentos a que se destinam;
  - b) imprimir em ótima qualidade;
  - c) não prejudicar o perfeito funcionamento das máquinas; e
  - d) ser novos, de primeiro uso.
4. Para os suprimentos do item 1, somente será aceito produto **ORIGINAL** do fabricante do equipamento onde será utilizado o suprimento, uma vez que os equipamentos se encontram no período de garantia. Para o item 2, mesmo constando original na descrição do código SIASG, serão aceitos produtos similares, desde que atendam as condições mínimas exigidas neste pedido.
5. A empresa vencedora deverá comprovar, no momento da entrega do objeto, se for o caso, a origem do produto importado e a quitação dos tributos de importação a ela referentes.
6. Em observância à Lei n. 12.305/2010, no que diz respeito à logística reversa, será de responsabilidade da empresa vencedora providenciar o recolhimento e a destinação ambientalmente correta das carcasas utilizadas de toner. A Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRESC fará a solicitação e informará periodicamente a quantidade a ser recolhida no depósito do Almoxarifado.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **3.1.2 Código SIASG**

ITEM 1 – **438.107**

ITEM 2 – **439.096**

### **3.1.3 Vigência**

A Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura.

Florianópolis, em 14 de maio de 2022.

---

Integrante Demandante e Técnico  
Robson Luiz Soares da Conceição

---

Eduardo Cardoso  
Integrante Administrativo



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

A gestão da aquisição será efetuada pelo servidor titular da função de Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato, procedendo aos recebimentos provisório e definitivo do material. O protocolo de comunicação deve ser materializado por meio de correio eletrônico ao fornecedor, à Seção de Gerenciamento de Contratações e à Secretaria de Administração e Orçamento.

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESP e da Contratada

O fornecedor deverá entregar o produto no prazo e demais condições estipuladas na proposta. Não sendo possível transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESP. Como também, deve manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

O Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio receberá o material conferindo as especificações descritas no contrato ou nota de empenho. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá efetuar a substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da respectiva notificação, arcando com todas despesas.

A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações e Materiais procederá o encaminhamento da nota de empenho à parte contratada; a publicação da nota de empenho no site do TRESP; a informação à unidade demandante, ao gestor da contratação e demais partes interessadas; a anotação do termo final para entrega do objeto; o registro dos dados da contratação em bancos de dados próprios; e o registro das providências adotadas no PAE que originou a contratação

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os materiais deverão ser entregues no depósito do Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça, SC, no horário das 13 às 19h.

Caberá ao servidor titular da função Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.

Prazo de entrega: **15 (QUINZE) dias** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

#### 1.3. Instrumentos Formais

Será(ão) emitida(s) nota(s) de empenho em favor da(s) empresa(s) vencedora(s), onde estarão detalhados os produtos, seus valores e os respectivos prazos de entrega.

#### 1.4. Prazos de Garantia

Após o recebimento definitivo, se constatado defeito no produto armazenado dentro do período de garantia legal ou do fornecedor, será acionado o respectivo fabricante para a substituição do lote avariado.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do contrato será feito pelo gestor/fiscal do contrato, qual seja o servidor titular da função Assistente I da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato, ao qual caberá efetuar o recebimento provisório e definitivo do material.

### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O produto será inspecionado no ato do recebimento, a fim de verificar a conformidade do material segundo as especificações constantes na caracterização e composição do objeto (item 2.7).

Será feita a contagem de todo quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas, e, não sendo possível verificar item a item, haverá a conferência por amostragem.

No caso de fornecimento de amostra pelo licitante, será verificado no ato do recebimento, se o produto entregue no depósito do Almoxarifado é da mesma marca, código, referência ou modelo do produto aprovado.

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

### 1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.11. Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e serão descredenciados no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.2.2. As sanções previstas no subitem 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.2.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.3.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.3.1.1 As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.3.1.2 As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.3.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.3.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESA, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.4. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.5. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea “c” do subitem 1.11.4 são de competência do Presidente do TRESA.

1.11.6. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso ou, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.6.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.6, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.6.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.7. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.4, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.8. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.8.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.8.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.8.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.4 exaure-se a esfera administrativa.